IBGE
Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.59





Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil

3ª edição



ISBN 978-85-240-4735-0
© IBGE, 2026

As desigualdades raciais são importantes vetores das desigualdades sociais no Brasil, ao revelarem no tempo e no espaço a maior vulnerabilidade socioeconômica das populações de cor ou raça preta, parda e indígena. Estudos realizados pelo IBGE, como as duas primeiras edições, de 2019 e 2022, deste *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* e a *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, publicada anualmente têm mostrado acesso desigual de distintos grupos populacionais a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar, muitos deles assegurados como direitos pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e por diversas leis, como o acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, renda etc.

O presente informativo[1] dá continuidade às edições anteriores, mostrando desigualdades segundo alguns temas estruturantes: trabalho e renda, educação, participação e gestão, violência e moradia.

Distribuição da população residente, segundo a cor ou raça

	1991 (1)	2000 (1)	2010	2022
Branca	51,6 %	53,7 %	47,7 %	43,3 %
Preta	5,0 %	6,2 %	7,6 %	10,3 %
Amarela	0,4 %	0,5 %	1,1 %	0,4 %
Parda	42,5 %	38,5 %	43,1 %	45,4 %
Indígena (2)	0,2 %	0,4 %	0,4 %	0,6 %

Moradia (%)

	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
População residente em favelas e comunidades urbanas - 2022	5,0	12,7	10,1	1,9	4,3
Pessoas ocupadas com tempo de deslocamento casa-trabalho superior a 1 hora - 2022	10,3	16,4	13,0	10,4	12,2

Mercado de trabalho e distribuição de renda (%)

Pessoas ocupadas em ocupações informais - 2025

Branca 33,4 Preta 42,6 Parda 45,4

Participação e gestão

Municípios com alguma política e/ou programa para igualdade racial - 2024

35,1 %

Educação (%)

Taxa ajustada de frequência escolar líquida dos jovens de 15 a 24 anos de idade
2025

	Ensino médio 15 a 17 anos	Ensino superior 18 a 24 anos
Branca	84,9	39,6
Preta	76,9	19,9
Parda	78,0	22,4

Violência (por 100 000 hab.)

Taxa de homicídios da população de 15 a 29 anos de idade
2024

	Homens	Mulheres
Branca	33,2	3,4
Preta ou parda	105,5	6,6

Fontes: 1. IBGE, Censo Demográfico 1991/2022; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2025; e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2024. 2. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

(1) Em 1991 e em 2000 foram considerados os resultados da amostra. (2) O percentual de indígenas apresentado foi calculado apenas pela declaração de cor ou raça, não representando o total da população indígena recenseada em 2010 e em 2022, que compreende aquelas declaradas pelo quesito de cor ou raça e aquelas declaradas por meio do quesito "se considera indígena". O total com duplo critério de classificação representou 0,5% da população total em 2010 e 0,8% da população total em 2022.

[1] Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes, sendo a primeira correspondente a este informativo, com os principais resultados do estudo e a segunda pelo documento **Notas Técnicas**, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e a lista de referências das obras citadas. Demais informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet, no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=sobre.

São exploradas pesquisas e registros administrativos[2], sendo a principal fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que permite estimativas para pessoas brancas, pretas e pardas[3]. Um importante passo desta edição é a utilização do Censo Demográfico 2022, o que permite recortes mais detalhados, além de outras fontes do IBGE e externas ao Instituto. Assim, em alguns indicadores foi possível trazer estimativas também para a população indígena, amarela e quilombola. Os indicadores aqui explorados são fortemente relacionados àqueles definidos para monitorar as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 18 - Igualdade étnico-racial, sem correspondência exata, no entanto, em razão de ainda estarem sob refinamento.

Com o Censo Demográfico 2022, em comparação com versões anteriores, é possível estudar a evolução da distribuição da população por cor ou raça, que se mostra dinâmica nas últimas décadas. Vê-se, em 2022, aumento na declaração de cor ou raça parda, preta e indígena, com decréscimo para a população branca e estabilidade da população amarela na comparação entre 1991 e 2022.

Na presente edição, como na anterior, há aprofundamento do estudo dos temas abordados por meio de recortes regionais e com características populacionais específicas, a partir de um plano tabular detalhado, disponibilizado no portal do IBGE na Internet.

Mercado de trabalho e distribuição de renda

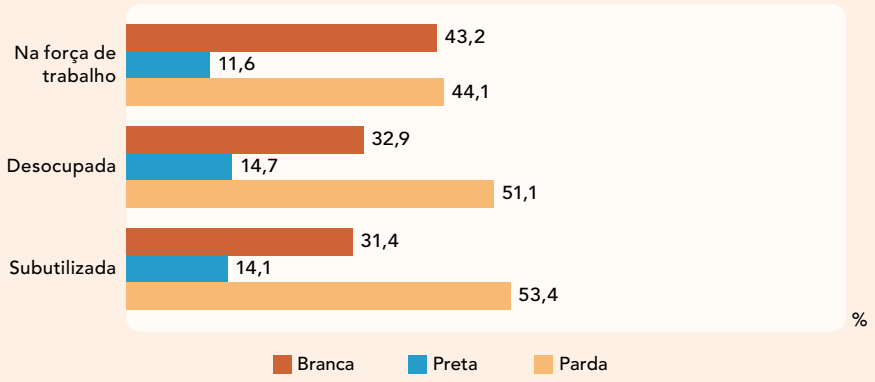
Em relação à força de trabalho[4] – conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência –, as pessoas de cor ou raça branca representavam 43,2%, enquanto as pessoas pretas, 11,6% e as pardas 44,1%, em 2025. Em valores absolutos, os contingentes correspondiam a 47,1 milhões de pessoas brancas, 12,6 milhões de pretas e 48,1 milhões de pardas.

Entretanto, em relação à população desocupada, tanto as pessoas pretas como as pardas estavam sobrerrepresentadas com, respectivamente, 14,7% e 51,1%. As pessoas brancas, por outro lado, registraram sub-representação, pois eram 32,9% dos desocupados em 2025. O mesmo padrão é observado quando analisada a distribuição da população subutilizada por cor ou raça ao longo da série iniciada em 2012.

Dessa forma, em comparação com os resultados dos outros dois grupos populacionais analisados, entre as pessoas brancas foram inferiores tanto a taxa de desocupação, que representa a proporção de pessoas desocupadas sobre a força de trabalho, quanto a taxa de subutilização, indicador que inclui, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e pessoas que potencialmente poderiam estar na força de trabalho. Em 2025, a taxa de desocupação atingiu 4,3% para pessoas brancas, contra 7,1% para pessoas pretas e 6,5% para pessoas pardas. Em relação à taxa de subutilização, as pessoas brancas registraram 10,7%, contra 17,4% para pretas e 17,3% para pardas. Esses dados estão em linha com a série histórica, que apresenta taxas de desocupação e subutilização da força de trabalho sistematicamente inferiores para pessoas de cor ou raça branca.

Ademais, as taxas de desocupação e de subutilização foram maiores entre as pessoas pretas ou pardas independentemente do nível de instrução considerado, sendo que, em ambas, a diferença foi relativamente menor para pessoas que possuíam ensino superior completo. Por exemplo, enquanto 9,4% das pessoas pretas e 8,6% das pessoas pardas que possuíam nível superior completo encontravam-se subutilizadas, para as pessoas brancas de mesmo nível de escolaridade esse percentual foi de 6,3%, em 2025.

População na força de trabalho, desocupada e subutilizada, por cor ou raça (%)



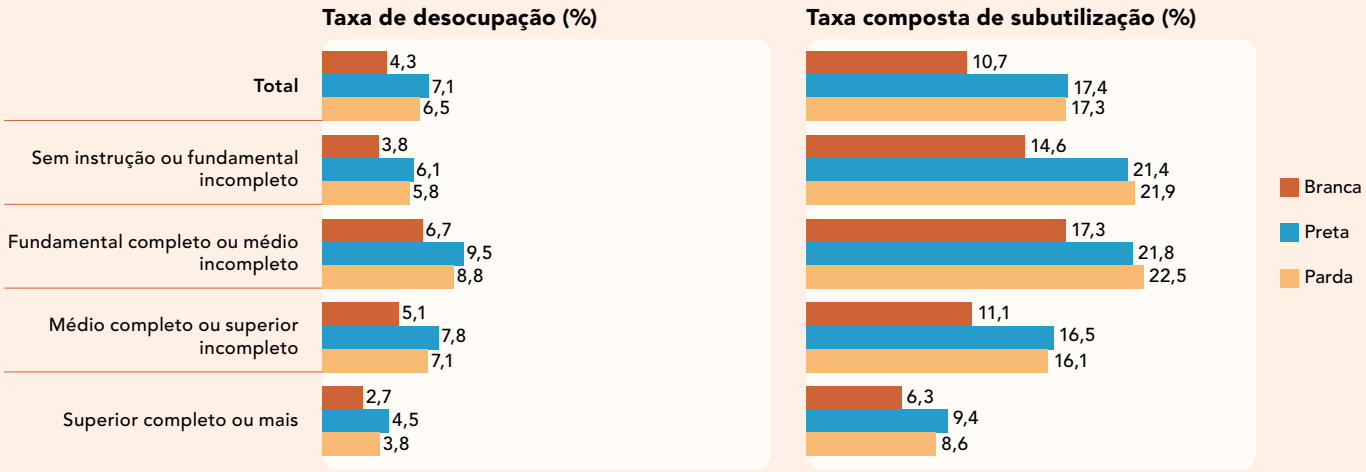
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

[2] Existem diferenças na forma de captação da identificação étnico-racial entre pesquisas domiciliares e registros administrativos, que, basicamente, resumem-se ao fato de as primeiras se basearem na autodeclaração, enquanto, nas últimas, as informações geralmente são fornecidas por terceiros (hospitais, secretarias de segurança pública, escolas, partidos políticos etc.).

[3] Não são apresentadas estimativas para cor ou raça amarela ou indígena com as pesquisas domiciliares amostrais devido à baixa confiabilidade estatística para as categorias amarela e indígena, além de não cobertura de Terras Indígenas.

[4] Os conceitos e definições dos indicadores utilizados nesta publicação estão disponíveis na seção Glossário das **Notas Técnicas**.

Taxa de desocupação e taxa composta de subutilização, por cor ou raça, segundo o nível de instrução



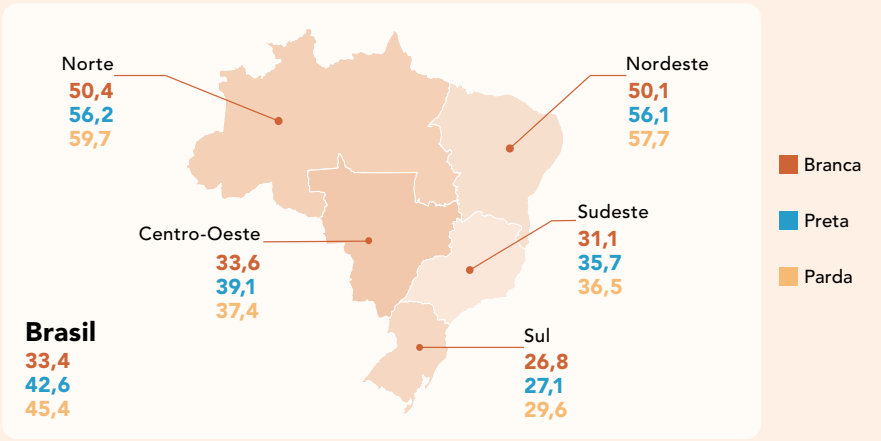
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

A informalidade no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, ao trabalho precário e/ou à ausência de proteção social, que limita o acesso a direitos básicos, como a remuneração pelo salário-mínimo e o direito à aposentadoria[5]. Na série iniciada em 2012, a ocupação informal passou a registrar crescimento a partir de 2016, com a ampliação, em termos relativos, do pessoal ocupado sem carteira de trabalho assinada e por conta própria, independentemente da cor ou raça da pessoa. Posteriormente, em 2020, houve redução em razão da eliminação de postos de trabalhos informais com a crise causada pela pandemia de COVID-19. Passado o período mais crítico de suas consequências na economia, a recuperação das atividades de serviços provocou novo aumento da informalidade, que atingiu 40,1% em 2021 e oscilou em torno desse patamar até registrar 39,8% em 2025.

As diferenças entre os grupos de cor ou raça, no entanto, continuaram substanciais. Enquanto 33,4% das pessoas ocupadas brancas estavam em ocupações informais, entre as pretas esse percentual atingiu 42,6% e, entre as pardas, 45,4% em 2025. A maior informalidade entre pessoas de cor ou raça preta ou parda, em relação às brancas, foi verificada ao longo de toda a série. Em geral, mulheres pretas ou pardas apresentam os maiores valores no recorte por sexo e cor ou raça: eram 45,5% delas na informalidade em 2025. Em termos regionais, as Regiões Norte e Nordeste apresentaram os resultados mais elevados, notadamente entre as pessoas pretas ou pardas, cujas proporções em 2025 foram de, respectivamente, 59,2% e 57,4%.

Em relação aos rendimentos do trabalho, a população branca também registrou indicadores mais favoráveis. Esse quesito tem particular importância, pois o trabalho é a principal fonte de renda para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo de indivíduos e famílias. Em 2025, o rendimento médio mensal no trabalho principal de pessoas ocupadas brancas (R$ 4 425) foi bastante superior ao de pessoas pretas (R$ 2 585) e pardas (R$ 2 672). A diferença relativa em favor das pessoas ocupadas brancas ocorre desde o início da série histórica, em 2012. A desigualdade de rendimentos do trabalho por cor ou raça ocorreu com intensidades distintas, mas foi observada em todas as Unidades da Federação.

Pessoas em ocupações informais, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

[5] Nesta publicação o conceito de ocupação informal é uma *proxy* da definição apresentada na 17ª International Conference of Labour Statisticians (2003) realizada, em Genebra, Suíça, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). A mesma conceituação é utilizada na Síntese de Indicadores Sociais e compreende: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares.

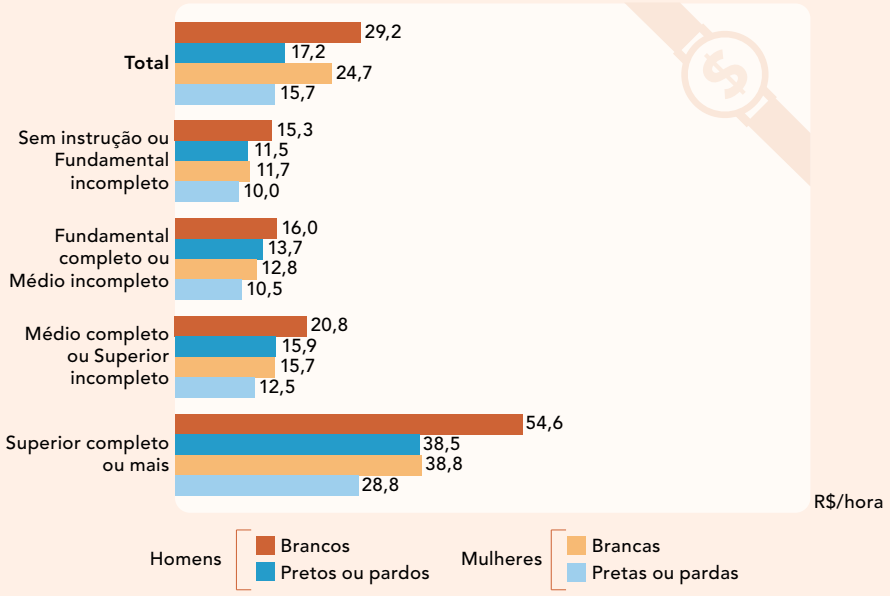
O recorte por nível de instrução e hora trabalhada torna a percepção da desigualdade ainda mais nítida. Em 2025, enquanto o rendimento médio de pessoas ocupadas brancas atingiu R$ 27,2 por hora, os valores para pessoas pretas (R$ 16,1) ou pardas (R$ 16,7) foram consideravelmente menores. Observou-se que, quanto mais alto o nível de instrução, maior o rendimento, sendo substancialmente maior para quem possui o ensino superior completo. Entretanto, as disparidades de rendimentos do trabalho, sob a ótica de cor ou raça e sexo, são verificadas em todos os níveis de instrução, com nítida vantagem para as pessoas brancas do sexo masculino, em oposição às mulheres pretas ou pardas. A maior discrepância entre os rendimentos é percebida justamente na categoria mais elevada de nível de instrução em que as mulheres pretas ou pardas recebiam, por hora trabalhada R$ 28,8, cerca da metade (52,7%) do que recebiam os homens brancos (R$ 54,6) em 2025.

Na população ocupada, apesar das pessoas pretas ou pardas constituírem maioria (55,1%), ocupavam somente 30,7% dos cargos gerenciais existentes em 2025. Já a população ocupada branca, 43,8% do total, estava presente em 67,4% desses cargos. A divisão em ordem crescente de rendimentos nos cargos de gestão indica ainda que, quanto maior o rendimento, menor é a proporção de pessoas pretas ou pardas nestas posições mais valorizadas. Em 2025, na classe de rendimento mais elevada, somente 19,6% das pessoas ocupadas em cargos gerenciais eram pretas ou pardas enquanto 78,3% eram brancas

A análise do perfil distributivo do rendimento de todas as fontes mostra uma dinâmica semelhante ao registrado pela renda do trabalho. Em 2025, o rendimento médio domiciliar *per capita* da população branca (R$ 3 034) era quase duas vezes o verificado para a população preta (R$ 1 684) e parda (R$ 1 665), tendência que se manteve desde 2012, embora com redução da desigualdade. Os rendimentos observados em 2025 foram os mais altos da série, tendo maior crescimento entre a população parda (38,5%) e preta (32,2%), em relação a 2012, enquanto o rendimento da população branca cresceu 25,3%. Entre 2022 e 2025, houve crescimento contínuo do rendimento domiciliar *per capita* para todos os grupos de cor ou raça, que pode estar relacionado ao maior dinamismo do mercado de trabalho e aos efeitos dos programas governamentais de transferência de renda.

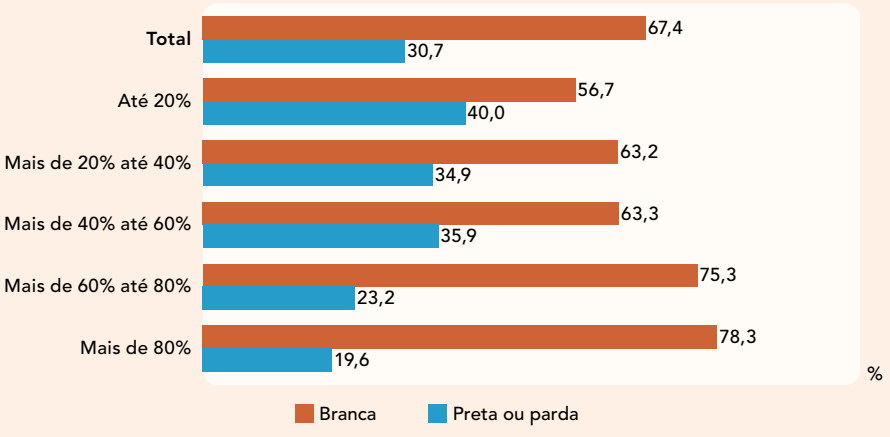
As maiores diferenças entre o rendimento médio domiciliar *per capita* da população branca e a preta ou parda ocorreu no Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro, onde os últimos receberam 54,5% e 52,9%, respectivamente, do rendimento dos brancos, em 2025. Já nos Estados do Amapá (79,7%) e Roraima (75,4%) as diferenças foram as menores.

Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas, por sexo e cor ou raça, segundo o nível de instrução (R$/hora)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.
Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2025.

Pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por cor ou raça, segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento habitual do trabalho principal (%)

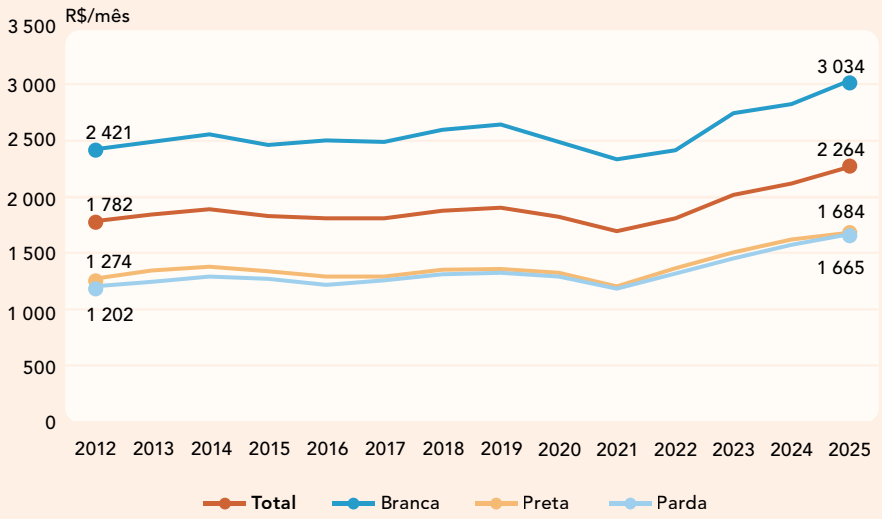


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

As desigualdades no rendimento domiciliar *per capita*, em sua desagregação por cor ou raça, estão relacionadas à maior concentração da população preta ou parda na base da estrutura de rendimento. Considerando a distribuição da população pelos décimos de rendimento domiciliar *per capita*, a concentração da população preta ou parda no décimo populacional com os menores rendimentos domiciliar (1º décimo) chegou a 13,1% em 2025, com redução de sua participação nos decis subsequentes, até chegar a 5,1% no decil com os maiores rendimentos (10º decil). Já a população branca registrou comportamento inverso, com menor participação no 1º decil (5,9%) e maior no 10º decil (16,3%).

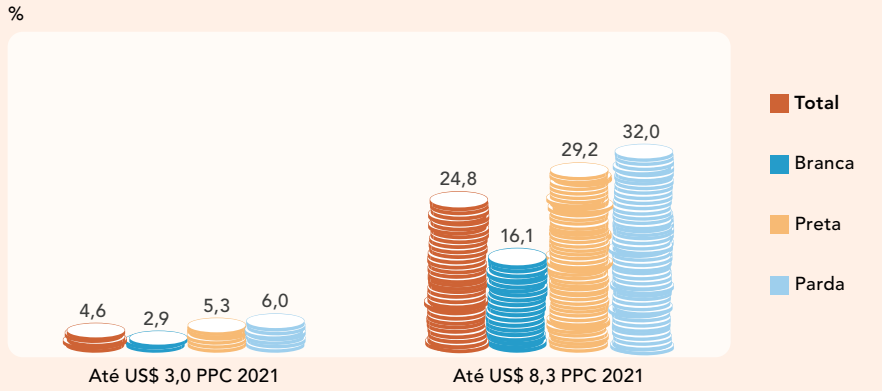
A análise das linhas de pobreza monetária, propostas pelo Banco Mundial (World Bank), reforçam o quadro de maior vulnerabilidade da população preta e parda, que apresentou percentual de pobres superior ao verificado para a população de cor ou raça branca. Em 2025, considerando a linha de rendimento domiciliar per capita de até US$ 8,30 diários, a taxa de pobreza das pessoas brancas era 16,1%, ao passo que entre as pessoas pretas o percentual foi de 29,2% e, entre as pardas, 32,0%. Considerando a linha de extrema pobreza (até US$ 3,00 diários), a diferença também foi expressiva: enquanto 2,9% das pessoas brancas tinham rendimentos abaixo da linha, 5,3% das pessoas pretas e 6,0% das pardas situavam-se também abaixo dessa medida. As mulheres pretas ou pardas apresentaram percentuais de 6,3% e 33,3% de, respectivamente, pessoas extremamente pobres e pobres, percentuais superiores aos registrados para homens brancos, que foram de 2,8% e 15,4%, em 2025.

Rendimento médio domiciliar *per capita*, por cor ou raça (R$/mês)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2025.
Nota: Valores deflacionados para reais médios de 2025.

Pessoas com rendimento mensal domiciliar *per capita* abaixo das linhas de pobreza, por cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.
Notas: 1. Taxa de conversão da Paridade de Poder de Compra - PPC para consumo privado, R$ 2,44983620 para US$ 1,00 PPC 2021, inflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para reais médios de 2025.
2. Valor aproximado das linhas: US$ 3,0 = R$ 280 e US$ 8,3 = R$ 770 mensais por pessoa.

Educação

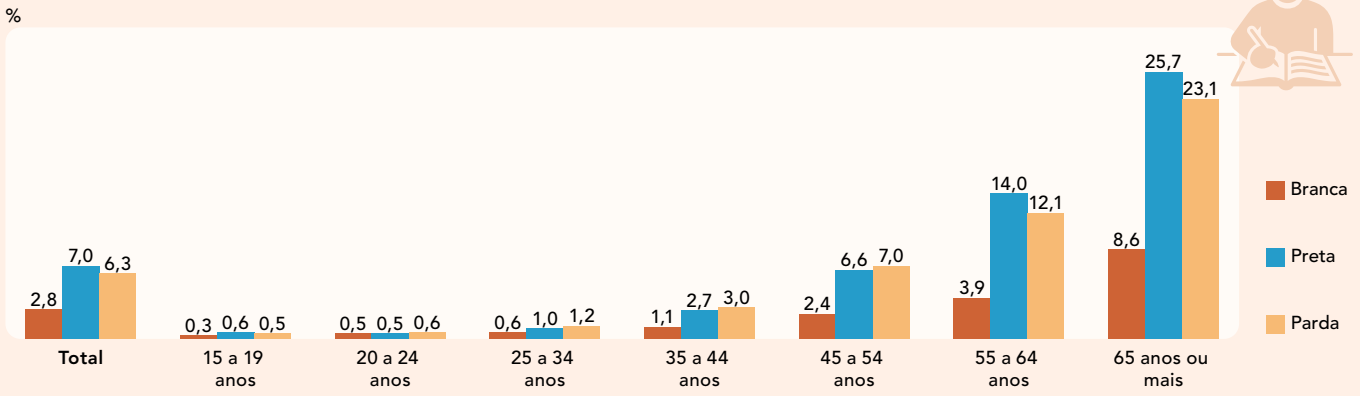
Na última década, o Brasil avançou na redução de desigualdades educacionais por cor ou raça. Destacam-se aqui alguns desses avanços, sem deixar de identificar disparidades persistentes, fornecendo um diagnóstico do acesso à educação pelos diferentes grupos populacionais. As bases de dados utilizadas para a composição desse diagnóstico foram o módulo anual de educação da PNAD Contínua e a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE, ambas realizadas pelo IBGE, e o Censo da Educação Superior, conduzido anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. A análise contempla as metas do Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei n. 13.005, de 25.06.2014, cuja vigência se encerrou em 2025, e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pelas Nações Unidas (United Nations), o que permite situar o cenário brasileiro em relação a objetivos definidos nacional e internacionalmente.

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade é um indicador que permite endereçar a aquisição de uma

habilidade considerada fundamental para a aprendizagem ao longo da vida, com efeitos positivos sobre a saúde, o empoderamento individual, os resultados no mercado de trabalho e o progresso geral da sociedade[6]. A meta 9 do PNE almejava a erradicação do analfabetismo na população brasileira e a meta 4.6 da Agenda 2030 aponta que todos os jovens e uma proporção substancial de adultos estejam alfabetizados. Segundo a PNAD Contínua, entre 2016 e 2025, houve diminuição do analfabetismo na população de 15 anos ou mais de idade e redução da desigualdade por cor ou raça.

Além disso, nos últimos quatro anos da série, nos segmentos mais jovens, de 15 a 19 e de 20 a 24 anos de idade, as taxas de analfabetismo se mantiveram inferiores a 1% para todos os grupos de cor ou raça, um possível reflexo da quase universalização da cobertura dos anos iniciais do ensino fundamental. Por outro lado, na população em geral, as taxas de analfabetismo das pessoas pretas (7,0%) e das pessoas pardas (6,3%) permaneceram mais que o dobro das pessoas brancas (2,8%) em 2025, em decorrência das discrepâncias observadas nas faixas etárias mais elevadas.

Taxa de analfabetismo, por cor ou raça, segundo os grupos de idade (%)

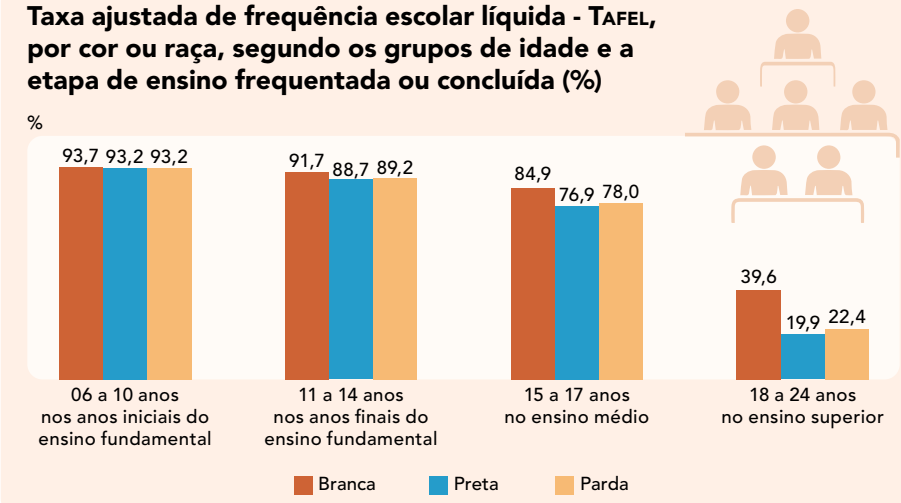


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

No mesmo sentido, os indicadores educacionais de frequência à pré-escola das crianças de 4 a 5 anos e de frequência líquida ajustada das crianças de 6 a 10 anos de idade no primeiro segmento do ensino fundamental revelam patamares muito próximos de inclusão escolar das pessoas brancas, pretas e pardas. De acordo com os dados da PNAD Contínua, é nas etapas seguintes que a desvantagem das pessoas pretas e pardas se coloca em evidência.

A taxa ajustada de frequência escolar líquida - Tafel, que mede a frequência escolar ou conclusão da etapa de ensino adequada à idade, torna-se maior para as pessoas brancas a partir das crianças e adolescentes na faixa etária de 11 a 14 anos, que deveriam cursar ou ter concluído os anos finais do ensino fundamental, e essa desigualdade se aprofunda nos níveis de ensino mais elevados. Em 2025, 84,7% dos jovens brancos de 15 a 17 anos de idade cursavam ou já haviam concluído o ensino médio e 39,6% dos jovens brancos de 18 a 24 anos, o ensino superior. Entre os jovens pretos, esses percentuais eram de 76,7% e 19,9% e, entre os pardos, de 77,8% e 22,4%, respectivamente. Em outras palavras, na análise por grupos, o PNE teria praticamente atingido a meta 3 (85,0%) e atingido a meta 12 (33,0%) de frequência escolar líquida somente entre as pessoas brancas. Em relação ao início da série histórica, em 2016, a distância entre a população branca e a população preta ou parda encurtou em 5,8 pontos percentuais (p.p.) quanto à Tafel no ensino médio, mas ampliou em 1,3 p.p. quanto à Tafel no ensino superior.

Taxa ajustada de frequência escolar líquida - Tafel, por cor ou raça, segundo os grupos de idade e a etapa de ensino frequentada ou concluída (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

[6] WHAT you need to know about literacy. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco, [2026]. Disponível em: https://www.unesco.org/en/literacy/need-know?hub=401. Acesso em: 22 set. 2026.

O contexto dos estudantes de 13 a 17 anos de idade, investigado pela PeNSE, revela experiências desiguais mesmo entre quem frequenta a escola. Em 2024, em comparação com os estudantes brancos, maior percentual de estudantes pretos ou pardos faltou a aulas ou à escola sem autorização do responsável (23,4%), deixou de comparecer à escola por falta de segurança no trajeto ou no próprio estabelecimento (20,0%), foi ofendido (40,5%) ou machucado fisicamente (17,1%) por algum colega de escola. As meninas foram mais atingidas por ofensas e os meninos por agressões físicas. A maior sujeição a essas situações pelos estudantes pretos ou pardos se mantém mesmo quando comparados os grupos por cor ou raça dentro da mesma rede de ensino.

Por outro lado, o acesso a estabelecimentos de ensino que contam com estruturas monitoradas no âmbito dos ODS 4 - Educação de qualidade e 18 - Igualdade étnico-racial foi praticamente igual para estudantes brancos e estudantes pretos ou pardos: em ambos os grupos, mais de 98% estudavam em escolas com água potável; mais de 99% em escolas com banheiros separados por sexo e mais de 97% em escolas com instalações para lavar as mãos.

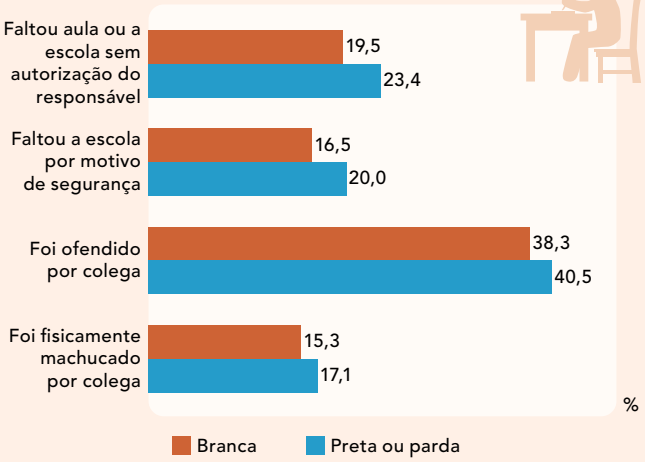
De todo modo, o conjunto de indicadores corrobora que a permanência no sistema educacional e a conclusão do ensino médio persistem como importantes desafios para a correção de desigualdades educacionais por cor ou raça. A taxa de conclusão do ensino médio entre os jovens com 20 a 22 anos de idade é menor entre as pessoas pretas e as pessoas pardas do que entre as pessoas brancas, mesmo quando a comparação se dá entre grupos do mesmo sexo, da mesma Grande Região ou no mesmo quintil de rendimento domiciliar *per capita*. A taxa de conclusão do ensino médio, calculada com dados da PNAD Contínua, contribui para o monitoramento da meta 4.1 da Agenda 2030, que visa garantir que todas as meninas e meninos completem os ensinos primário e secundário.

Em 2025, entre as mulheres brancas de 20 a 22 anos de idade, 88,0% haviam concluído o ensino médio, enquanto entre as mulheres pretas essa taxa era de 78,5% e, entre as mulheres pardas, 79,5%. As mulheres consolidaram maior escolaridade que os homens na segunda metade do Século XX, porém, essa vantagem feminina não é suficiente para que as mulheres pretas e pardas se equiparem aos homens brancos. Entre eles, no recorte etário analisado, 81,8% tinham concluído o ensino médio. Homens pretos apresentaram a menor taxa de conclusão do ensino médio em 2025 (69,1%).

As Grandes Regiões Sudeste e Centro-Oeste sobressaíram com as melhores taxas de conclusão do ensino médio para os jovens brancos, pretos e pardos, sendo a Centro-Oeste onde ocorreu a menor desigualdade entre eles. Em 2025, a maior discrepância em pontos percentuais (p.p.) entre os jovens brancos e os jovens pretos de uma mesma Grande Região se verificou na Região Norte (19,4 p.p.). Já a Grande Região que registrou a maior desigualdade entre jovens brancos e pardos foi a Região Sul (12,9 p.p.).

A menor desigualdade nas taxas de conclusão do ensino médio entre jovens brancos e pretos se dá quando se comparam jovens no quintil de rendimento domiciliar *per capita* com os rendimentos mais elevados (mais de 80%). Com efeito, entre eles, 95,9% dos jovens brancos de 20 a 22 anos tinham o diploma de ensino médio; entre os

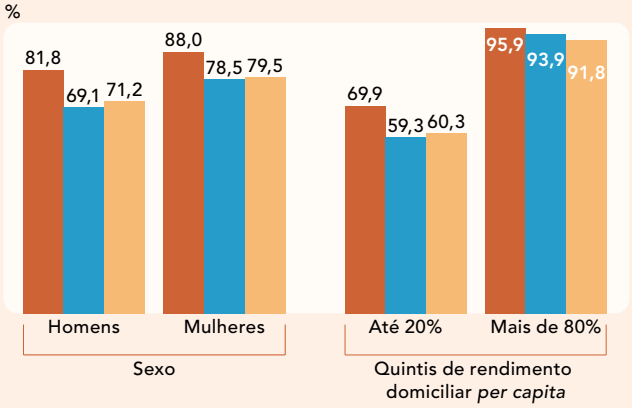
Proporção de escolares de 13 a 17 anos de idade, por cor ou raça, segundo as situações vivenciadas em casa ou na escola (%)



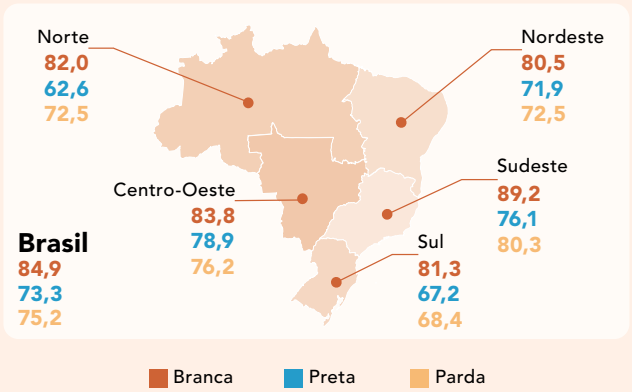
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2024.
Nota: Foram considerados os eventos ocorridos nos 30 dias anteriores à pesquisa.

Taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade, por cor ou raça

Segundo o sexo e os quintis de rendimento domiciliar *per capita* (%)



Segundo as Grandes Regiões (%)



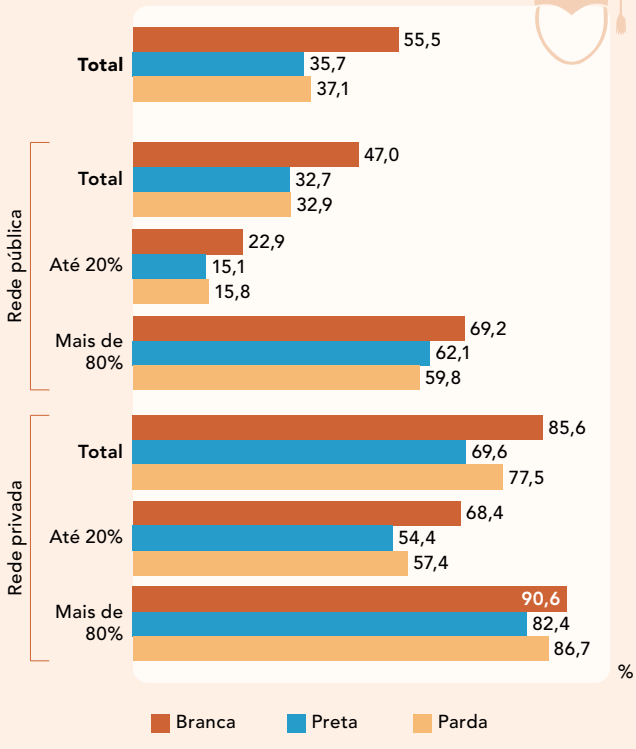
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

jovens pretos, 93,9% e, entre os pardos, 91,8% também haviam finalizado o ensino médio. Por outro lado, no quintil com os rendimentos mais baixos (até 20%), as taxas de conclusão do ensino médio eram de 69,9% entre os jovens brancos, 59,3% entre os pretos e 60,3% entre os pardos.

A conclusão do ensino médio não se traduz, porém, nas mesmas taxas de ingresso no ensino superior. Conforme os dados da PNAD Contínua, em 2025, entre as pessoas brancas de 18 anos ou mais, com ensino médio completo, mais da metade cursava, já havia cursado ou concluído o ensino superior (55,5%). Entre as pessoas pretas e as pessoas pardas, eram 35,7% e 37,1%, respectivamente.

Nesse indicador, mesmo entre os mais jovens, a desigualdade por cor ou raça se mantém em patamares elevados. A distância entre a taxa de ingresso no ensino superior das pessoas brancas (52,8%) e a das pessoas pretas ou pardas (35,2%) de 45 anos ou mais de idade era de 17,7 p.p.; a das pessoas de 18 a 24 anos de idade (51,9% e 33,9%, respectivamente), 18,0 p.p., indicando que as políticas públicas voltadas para a permanência das pessoas no sistema de ensino e para a democratização do acesso ao ensino superior seguem necessárias. Vale registrar que, em 2025, entre os jovens de 18 e 24 anos que já haviam concluído o ensino médio, mas não seguiram frequentando o sistema de ensino por terem de trabalhar, quase ⅔ (66,1%) eram pretos ou pardos.

Taxa de ingresso no ensino superior das pessoas de 18 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a rede de conclusão do ensino médio e os quintis de rendimento domiciliar *per capita* (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Tanto para as pessoas brancas, quanto para as pessoas pretas ou pardas, ter cursado o ensino médio somente na rede privada de ensino está associado a maiores taxas de ingresso no ensino superior. Pertencer ao quintil mais elevado de rendimento domiciliar *per capita* acentua essa vantagem. No entanto, ao se compararem as pessoas brancas que cursaram o ensino médio somente na rede privada e compõem o quintil de população com rendimentos domiciliares mais altos com as pessoas pretas e as pardas com essa mesma trajetória, a desigualdade racial fica atenuada, mas não erradicada. Em 2025, para esse segmento de pessoas brancas, a taxa de ingresso no ensino superior era de 90,6%; para as pessoas pretas, 82,4%; e para as pardas, 86,7%.

Já com as menores taxas de ingresso no ensino superior, estão as pessoas que cursaram o ensino médio somente na rede pública e pertencem ao quintil da população com os menores rendimentos domiciliares *per capita*: pessoas brancas com taxa de 22,9%; pretas, de 15,1%; e pardas, de 15,8%.

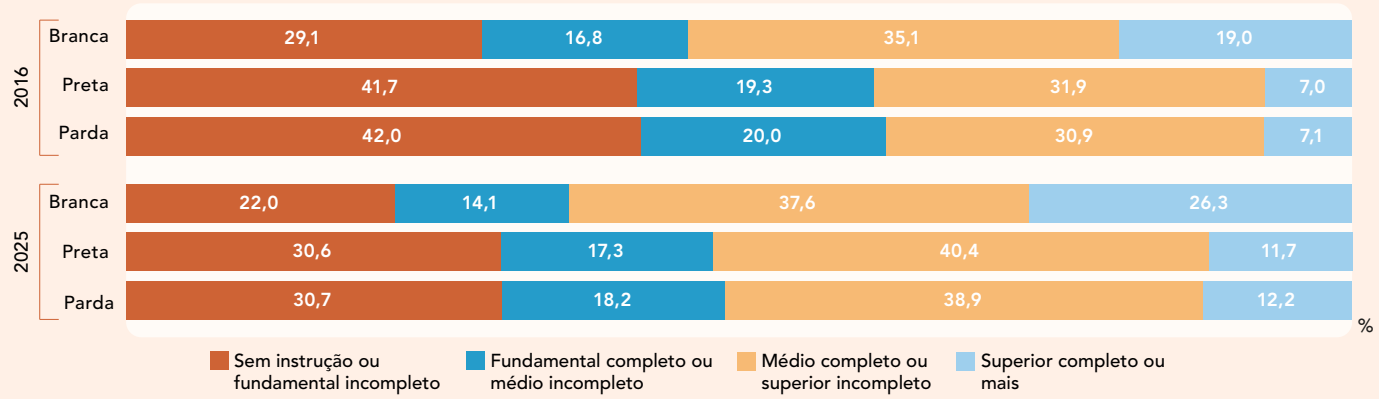
Por meio do nível de instrução da população de 25 anos ou mais de idade, calculado com dados da PNAD Contínua, também é possível constatar a diminuição da desigualdade no acesso às etapas educacionais iniciais e a dificuldade de se alcançarem resultados semelhantes em relação às etapas mais avançadas. Em 2016, 41,7% das pessoas pretas e 42,0% das pessoas pardas não tinham instrução ou não haviam concluído sequer o ensino fundamental, cerca de 13 p.p. a mais que o identificado entre pessoas brancas (29,1%). Em 2025, o percentual de pessoas pretas e pardas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto era de 30,6% e 30,7%, respectivamente, reduzindo-se para cerca de 9 p.p. a distância para as pessoas brancas (22,0%) na mesma situação.

No outro extremo do percurso escolar, com o ensino superior completo, havia 19,0% das pessoas brancas, 7,0% das pessoas pretas e 7,1% das pardas em 2016. Já em 2025, 26,3% das pessoas brancas possuíam diploma de graduação, em face de 11,7% das pessoas pretas e 12,2% das pardas. Ou seja, o hiato entre as pessoas brancas e os demais grupos foi ampliado em cerca de 2 p.p. na última década.

A vantagem das pessoas brancas também se manteve ao longo do tempo quanto ao acesso à pós-graduação *stricto sensu*. Em 2016, 3,3% das pessoas brancas, 1,2% das pretas e 1,1% das pardas tinham mestrado ou doutorado concluído. Já em 2025, 7,4% das pessoas brancas detinham o título de mestre ou doutor, em face de 2,6% das pessoas pretas e 2,9% das pardas. Monitorar o percentual de mestres e doutores por cor ou raça está no escopo da meta 18.8 da Agenda 2030.

O tipo de acesso ao ensino superior também descortina desigualdades que podem se relacionar com a posterior inserção no mercado de trabalho. Os dados do Censo da Educação Superior para 2024 mostram que as pessoas brancas prevaleciam entre as matriculadas em cursos de graduação, mas que essa vantagem era maior dentre os cursos de graduação presenciais, em que chegavam a constituir 47,7% do total de matriculados na modalidade (2,4 milhões de pessoas brancas dentre 5,0 milhões de matrículas) ou 54,4% daqueles cuja cor ou raça foi declarada (4,4 milhões). Havia, em comparação, cerca de 392 mil matrículas de pessoas pretas e 1,5 milhão de matrículas de pessoas pardas.

População de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a cor ou raça (%)



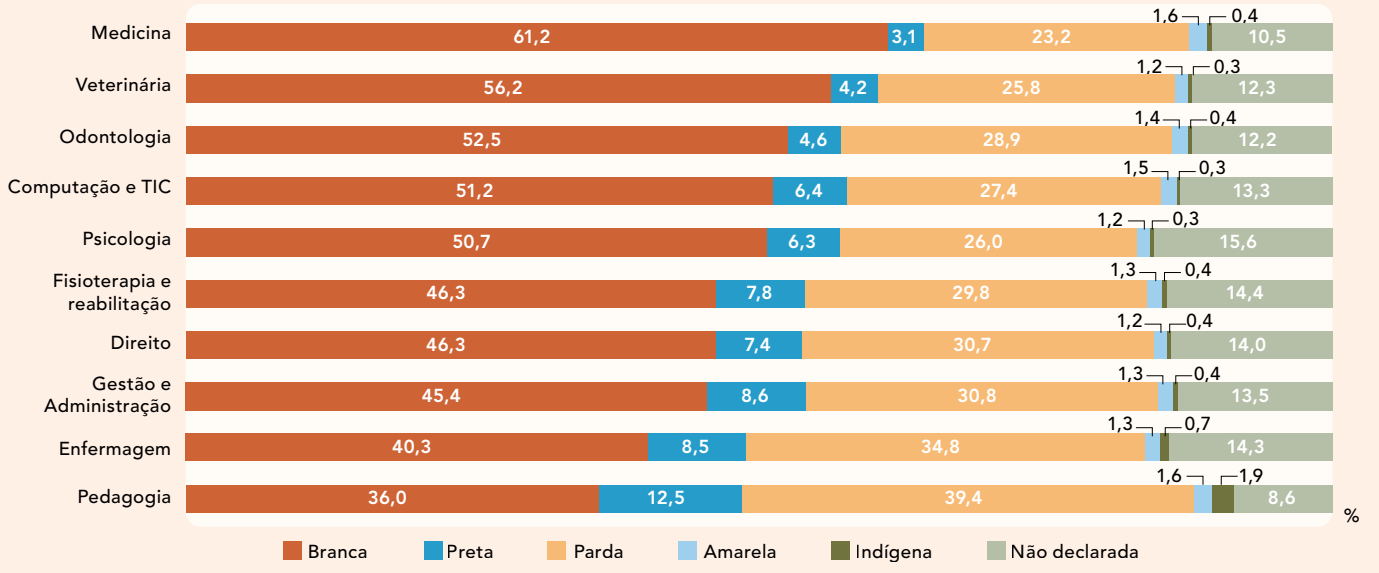
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2025.

Além disso, entre os matriculados nos cursos de graduação presencial com a maior quantidade de matrículas, as pessoas pretas e pardas estavam mais sobrerrepresentadas em Pedagogia, área tradicionalmente associada a ocupações com menores rendimentos (professores), e mais sub-representadas na área da Medicina, carreira que costuma proporcionar maiores remunerações[7].

Para além de aspectos materiais identificáveis pela PNAD Contínua, como renda e necessidade de trabalhar, estudos apontam que o sentimento de pertencimento e a representatividade podem influenciar trajetórias educacionais e profissionais[8]. Nesse sentido, cumpre destacar a menor presença de docentes pretos ou pardos nas instituições de ensino superior. Em 2024, havia 2,7 docentes brancos em exercício para cada docente preto ou pardo, segundo os dados do Censo da Educação Superior. Eram 231 724 docentes brancos, 11 927 pretos e 74 636 pardos.

Há que se reconhecer, porém, que esse desnível vem se reduzindo ao longo do tempo. Em 2010, havia 4,11 docentes brancos em exercício para cada docente preto ou pardo. A maior retração da desigualdade se deu nas instituições da rede pública de ensino: essa relação passou de 4,4, em 2010, para 2,4, em 2024.

Distribuição das pessoas matrículadas em cursos de graduação na modalidade presencial, por cor ou raça, segundo as áreas de conhecimento com maior número de matrículas (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo da Educação Superior 2024.
Nota: As matrículas no curso de Pedagogia englobam as matrículas em quatro cursos de formação de professores: das áreas da Educação Infantil, de Letras, em áreas específicas e sem áreas específicas. As matrículas de Computação e Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC agregam as matrículas em todos os cursos dessa área.

[7] Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2026]. tab. 10283. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10283. Acesso em: out. 2026.

[8] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: HILL, C.; CORBETT, C.; ST. ROSE, A. (ed.). *Why so few?*: women in science, technology, engineering, and mathematics. Washington, DC: American Association of University Women - AAUW, 2010. 109 p. Disponível em: https://www.aauw.org/app/uploads/2020/03/why-so-few-research.pdf. Acesso em: out. 2026.

Participação e gestão

A participação política é uma das dimensões sociais onde há desigualdades de acesso segundo a cor ou raça e objeto de preocupação expressa na *Declaração e programa de ação* adotada na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban[9], África do Sul, em 2001. Nas duas edições anteriores desse informativo foram exploradas eleições legislativas e locais, em que apareceu a sobrerrepresentação da população de cor ou raça branca e masculina. Na presente, são atualizados dados sobre essas eleições e se exploram também as eleições para senador(a) e governador(a).

As eleições para prefeito(a) mostram permanência de desigualdades com maior proporção de eleitos de cor ou raça branca, com 70,2% em 2016, 67,1% em 2020 e 65,9% em 2024. Da mesma forma, homens foram imensa maioria: 88,5% dos eleitos em 2016, 87,9% em 2020 e 86,7% em 2024. Mulheres pretas foram um grupo extremamente sub-representado, com apenas 20 prefeitas em 2024, ante 10 prefeitas em 2020 e 10 em 2016.

O acesso a financiamento continua bastante concentrado, pois, em 2024, 31,2% de candidatos e candidatas a prefeito(a) eram de cor ou raça parda e cerca de 24,1% deles(as) tiveram receita de campanha acima de R$ 1 milhão. Nos municípios acima de 500 mil habitantes, dos 47 prefeitos eleitos, todos tiveram receitas acima de R$ 1 milhão, sendo 38 pessoas brancas e nove pardas.

Há um pouco menos de concentração racial e por sexo para vereadores, com relativo aumento de mulheres eleitas, que passaram de 13,5% em 2016 para 16,1% em 2020 e 18,1% em 2024. Também cresceram os eleitos de cor ou raça preta (respectivamente 5,0%, 6,2% e 6,9% nos três anos) e parda (37,1%, 38,6% e 38,9%).

Já quanto a deputados(as) estaduais e federais, a desigualdade é mais marcada. Nas eleições de 2022, 2,4% dos(as) deputados(as) estaduais eleitos(as) eram mulheres pretas e 4,6% mulheres pardas. Também em 2022, foram 2,5% de mulheres pretas e 3,1% de mulheres pardas eleitas deputadas federais.

As eleições para governador(a) e senador(a) mostram também alta concentração de homens brancos como eleitos. Dos 27 governadores, foram 16 (59,3%) deles em 2022. Para o Senado, em 2022, 14 dos 27 dos eleitos (51,9%) foram homens brancos.

A faixa de receita de campanha mais alta para governador(a) (acima de cerca de R$ 6,6 milhões, com 20% das candidaturas) teve 63,0% dos eleitos. Concentrou desproporcionalmente homens brancos, pois eles eram 57,8% dos candidatos e 58,8% dos eleitos nessa faixa de receita em 2022. Quanto ao cargo de senador(a), outra eleição majoritária, a faixa mais alta de receita (acima de cerca de R$ 3,3 milhões, com 20% das candidaturas), também concentrou 63,0% dos eleitos. Homens brancos foram 53,1% dos candidatos e 52,9% dos eleitos nessa faixa em 2022.

Distribuição de eleitos, por cargo político, segundo o sexo e a cor ou raça
2022/2024

Sexo e cor ou raça (1)		Prefeito(a)		Vereador(a)		Deputado(a) estadual		Deputado(a) federal		Governador(a)		Senador(a)	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total		**5 558**	**100,0**	**58 134**	**100,0**	**1 059**	**100,0**	**513**	**100,0**	**27**	**100,0**	**27**	**100,0**
Homens	Brancos	3 172	57,1	24 635	42,4	568	53,6	311	60,6	16	59,3	14	51,9
	Pretos	109	2,0	3 391	5,8	36	3,4	14	2,7	-	0,0	3	11,1
	Pardos	1 508	27,1	18 867	32,5	263	24,8	92	17,9	8	29,6	3	11,1
	Amarelos	8	0,1	170	0,3	-	0,0	3	0,6	-	0,0	-	0,0
	Indígenas	8	0,1	201	0,3	1	0,1	1	0,2	1	3,7	2	7,4
Mulheres	Brancas	488	8,8	6 123	10,5	114	10,8	58	11,3	1	3,7	4	14,8
	Pretas	20	0,4	622	1,1	25	2,4	13	2,5	-	0,0	-	0,0
	Pardas	224	4,0	3 719	6,4	49	4,6	16	3,1	1	3,7	-	0,0
	Amarelas	5	0,1	43	0,1	1	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Indígenas	1	0,0	39	0,1	1	0,1	4	0,8	-	0,0	-	0,0

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Portal de dados abertos do TSE. Brasília, DF, [2026]. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.
Notas: 1. Os resultados apresentados se referem apenas aos candidatos em eleições ordinárias.
2. Não estão incluídos na tabulação candidatos cujas informações constam como "Não divulgável" no portal do TSE.
(1) Inclusive candidatos sem informação de cor ou raça.

[9] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban. *Declaração e programa de ação.* Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2001. 101 p. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-10/declaracao_durban.pdf. Acesso em: out. 2026.

Além das eleições, pode-se abordar a desigualdade nas nomeações a cargos de gestão. Desde 2018, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC investiga a cor ou raça de gestores(as) em diversas políticas. Os temas são rodiziados nos anos, mas é possível ver, com dados até 2024, que os(as) gestores(as) municipais se concentram em pessoas brancas, em média, próximo a 60% deles(as). Para pessoas pardas, as maiores concentrações foram encontradas em transporte (40,1% em 2024) e segurança pública (39,5% em 2023), as menores, em habitação (31,0% em 2020) e meio ambiente (32,3% em 2020). Para pessoas pretas, havia mais gestores(as) em igualdade racial (15,3% em 2024) e políticas para mulheres (9,9% em 2018 e 7,1% em 2023). São estruturas, no entanto, que concernem apenas uma minoria dos Municípios. Igualdade racial estava em 1 331 Municípios em 2024 (cerca de 24% deles) e políticas para mulheres, presente em 1 743 Municípios (cerca de 31% deles) em 2023. A área de Saúde, presente em praticamente todos os Municípios, mostrou baixa concentração de pessoas pretas ou pardas: foram 3,1% de gestores(as) de cor ou raça preta em 2018 e 3,5% em 2021; contabilizaram-se 33,1% de gestores(as) de cor ou raça parda em 2018 e 33,8% em 2021.

No bloco de igualdade racial, aplicado na MUNIC em 2024, investigou-se uma série de políticas ou programas relacionados ao tema. Apenas 35,1% (1 954) dos Municípios tinham ao menos uma das políticas e/ou programa investigados, cobrindo 68,5% da população. Nesses Municípios moravam 74,3% das pessoas pretas, 67,5% das pessoas pardas, 71,3% das pessoas quilombolas e 60,2% das pessoas indígenas, mostrando uma pior focalização para esse último grupo. Essas populações foram estimadas a partir do Censo Demográfico 2022[10].

O bloco da MUNIC também investigou se tinha havido concurso realizado pela administração direta para contratação de pessoal nos últimos 24 meses anteriores à pesquisa. Foram 2 483 Municípios (44,6% do total), sendo que houve reserva de vagas com critérios raciais em um número muito pequeno deles: Para pessoas negras, 675 Municípios; quilombolas, 48 Municípios; indígenas, 105 Municípios; ciganos, 11 Municípios.

A investigação sobre representatividade também perpassa os cargos gerenciais no setor privado, incluindo o terceiro setor. Com dados da PNAD Contínua, foi possível investigar a alocação nesses cargos segundo dois agregados de ocupações: dirigentes, diretores e gerentes; e gerentes de hotéis, restaurantes, comércios e outros serviços. Ao se observar a estrutura por sexo e cor ou raça, comparando com a população com 25 anos ou mais de idade, vê-se forte concentração no nível hierárquico mais alto para homens brancos (42,0% dos dirigentes, diretores e gerentes em 2025), o dobro do peso populacional, pois eram 20,5% das pessoas com 25 anos ou mais de idade. Havia também forte concentração em gerentes de hotéis, restaurantes, comércios e outros serviços (33,0%). Mulheres pretas eram apenas 1,7% dos dirigentes, diretores e gerentes e 2,7% dos ou-

Distribuição de gestores municipais, por cor ou raça, segundo as políticas públicas investigadas

Políticas públicas investigadas	Total de municípios com estrutura organizacional	Gestores municipais, por cor ou raça (%)				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
2018						
Educação	5 569	59,7	5,2	0,7	34,1	0,2
Cultura	5 346	58,8	6,3	0,8	33,6	0,2
Saúde	5 569	62,8	3,1	0,9	33,1	0,1
Assistência social	5 565	61,0	4,2	0,9	33,8	0,2
Políticas para mulheres	1 109	53,6	9,9	0,5	35,2	0,9
2019						
Segurança pública	1 316	57,1	6,7	0,4	35,6	0,1
Direitos humanos	2 480	59,0	5,2	0,9	34,7	0,2
2020						
Habitação	3 496	62,3	5,3	0,9	31,0	0,3
Transporte	3 999	55,4	5,5	0,8	38,0	0,1
Agropecuária	5 012	59,5	4,9	1,5	33,5	0,2
Meio-ambiente	5 180	60,9	5,0	1,2	32,3	0,3
2021						
Educação	5 567	58,9	5,1	0,5	35,2	0,3
Cultura	5 457	57,5	6,4	0,5	34,7	0,4
Esporte	5 442	55,0	6,3	0,5	37,5	0,3
Saúde	5 565	62,0	3,5	0,5	33,8	0,1
2023						
Assistência social	5 567	60,0	4,9	0,4	34,5	0,2
Políticas para mulheres	1 743	57,0	7,1	0,6	34,9	0,3
Segurança pública	1 711	53,3	6,7	0,2	39,5	0,1
Direitos humanos	1 896	56,8	6,6	0,5	35,7	0,3
2024						
Habitação e mobilidade urbana	3 506	61,3	5,4	0,5	32,5	0,2
Transporte	3 735	53,0	6,0	0,4	40,1	0,2
Agropecuária	5 201	55,9	5,7	0,6	36,9	0,3
Igualdade racial	1 331	48,1	15,3	0,3	35,7	0,6

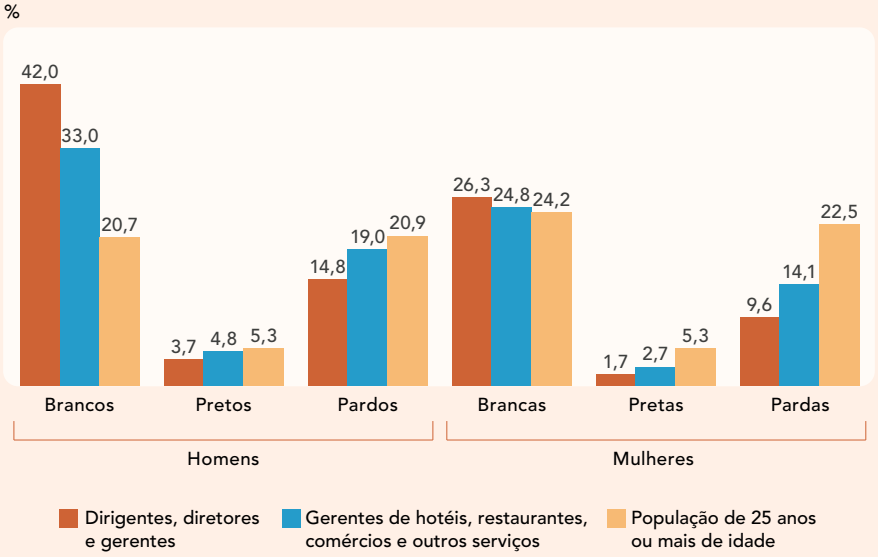
Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018/2024.

[10] Para fins analíticos, a distribuição da população por Município segundo cor ou raça, pessoas indígenas e pessoas quilombolas foi projetada idêntica entre 2022/2023 (período de coleta do Censo Demográfico 2022) e 2024 (ano de coleta do bloco de igualdade racial na MUNIC).

tros gerentes investigados, contra 5,3% das pessoas com 25 anos ou mais de idade. As mulheres pardas também se encontravam com uma representatividade abaixo da metade da encontrada no grupo populacional: eram 9,6% dos dirigentes, gestores e gerentes, 14,1% de outros gerentes e 22,5% das pessoas com 25 anos ou mais de idade.

Além de estarem menos representadas nesses cargos, pessoas pretas ou pardas se concentravam nas menores faixas de rendimento. A faixa com 20% das pessoas ocupadas nos cargos gerenciais com os menores rendimentos (em média recebendo cerca de R$ 2 100 por mês) concentravam 29,7% das pessoas pretas e 26,0% das pessoas pardas, contra 16,2% das pessoas brancas. Na faixa com os 20% maiores rendimentos (em média recebendo cerca de R$ 24 500 por mês), estavam 12,0% das pessoas pretas e 11,9% das pessoas pardas, contra 24,0% das pessoas brancas.

Pessoas ocupadas em cargos gerenciais no setor privado, inclusive terceiro setor, e pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo a cor ou raça e o sexo (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.

Violência

A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization - WHO) em seu *Relatório mundial sobre violência e saúde*, publicado em 2002, como "o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Quanto à sua natureza, a violência pode ser física, sexual, psicológica ou envolvendo privação ou negligência"[11].

A taxa de homicídio (mortes por 100 mil habitantes) é um indicador amplamente utilizado para medir a incidência de violência física, em sua forma mais extrema, nos países, regiões e grupos populacionais. Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pelas Nações Unidas, ela figura como indicador para monitorar a meta 16.1, que visa reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares, no âmbito do ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes, que objetiva promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis[12].

É importante ir além das desagregações sugeridas para o indicador global da Agenda 2030 (por sexo e idade), uma vez que a desagregação por cor ou raça é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência, tendo em vista as profundas discrepâncias historicamente observadas entre a taxa de homicídio da população branca e a da população preta ou parda.

Segundo os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde[13], houve 42,6 mil homicídios no Brasil em 2024, correspondendo a uma taxa de 20,1 mortes por 100 mil habitantes, a menor desde 2012. O valor mais elevado da série foi identificado em 2017 com 65,6 mil homicídios e taxa de 32,1 mortes por 100 mil habitantes. Em 2024, o número total de homicídios foi 6,9% menor do que o observado em 2023 (45,7 mil).

Esse tipo de violência atinge principalmente os homens, que, em 2024, apresentaram uma taxa de 37,6 mortes por 100 mil habitantes, enquanto para as mulheres foi de 3,4 mortes por 100 mil habitantes. Ou seja, a taxa de homicídios masculina foi 11 vezes maior do que a feminina. Essa diferença se manteve estável ao longo da série histórica iniciada em 2012, demonstrando o aspecto estrutural neste tipo de violência física.

[11] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: RELATÓRIO mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde - OMS, 2002. 351 p. Disponível em: https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf. Acesso em: out. 2026.

[12] Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: https://www.un.org/sustainabledevelopment/peace-justice/

[13] Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: https://svs.aids.gov.br/daent/cgiae/coesv/sistemas-informacao/sim/apresentacao/

Os números encontrados mostram alta desigualdade por cor ou raça. Em 2024, a taxa de homicídio observada entre as pessoas de cor ou raça branca foi de 10,0 mortes por 100 mil habitantes; entre as pessoas de cor ou raça parda, de 29,5; cor ou raça preta, de 17,7 mortes. Ressalta-se que a diferença nas taxas de homicídios entre pardos e brancos, hoje em 2,9 vezes, aumentou ao longo da série, dado que em 2012 era de 2,4 vezes.

Do total de 42,6 mil homicídios ocorridos em 2024, 71,3% foram de homens pretos ou pardos, cerca de quatro vezes mais do que de homens brancos, 18,4%. Entre as mulheres também existe diferença por cor ou raça. As mulheres pretas ou pardas corresponderam a 5,8% dos homicídios e as brancas, 2,5%.

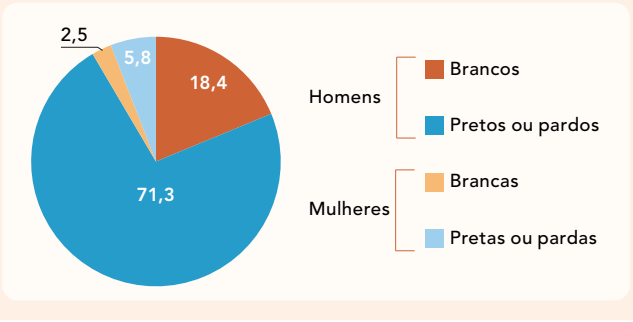
Cabe destacar também que a violência atinge muito mais os homens jovens de 15 a 29 anos, principalmente pretos ou pardos. Para esse grupo, a taxa foi de 105,5 mortes por 100 mil habitantes, o que representa 3,2 vezes a taxa observada entre os homens brancos da mesma faixa etária (33,2 mortes) em 2024. No grupo de 30 a 59 anos, a taxa para homens pretos ou pardos foi de 54,6 por 100 mil habitantes, mais do que o dobro dos homens brancos neste grupo de idade: 23,3 mortes por 100 mil habitantes.

Outras dimensões da violência podem ser exploradas com dados da PeNSE, do IBGE. Essa fonte aponta que, em 2024, 18,5% dos escolares de 13 a 17 anos sofreram com toque, manipulação, beijo ou exposição de partes do corpo contra a sua vontade[14]. Esse valor representa um aumento de 2,0 p.p. em relação a 2019 (16,5%).

As mulheres foram as que mais sofreram esse tipo de violência, 26,2%, o que representa mais de ¼ das escolares nessa faixa etária. Os homens também passam por esse tipo de violência, mas em um percentual menor, 10,9%. No recorte por cor ou raça, 30,1% das mulheres brancas e 24,3% das pretas ou pardas relataram passar por esse tipo de constrangimento ou assédio.

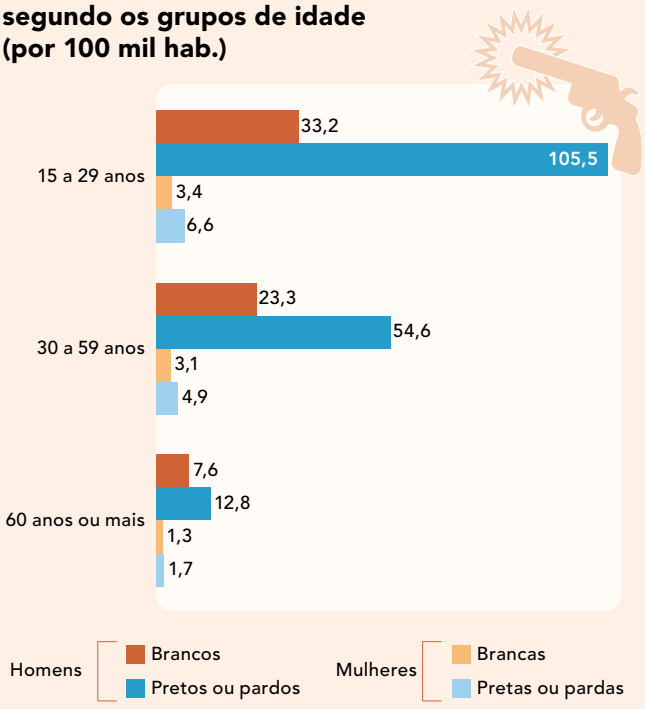
Com a disseminação das redes sociais, a violência assumiu novas formas, tais como ofensa, ameaça ou humilhação por meio digital, seja nas redes sociais ou em aplicativos, chamada de *cyberbullying*. Nesse contexto 12,7% dos escolares entre 13 e 17 anos se sentiram ofendidos, ameaçados ou humilhados nas redes sociais ou aplicativo de celular em 2024. As mulheres, com 15,2%, foram mais atingidas do que os homens (10,3%). Destaca-se uma maior proporção para as mulheres pretas ou pardas, com 16,8%. Foram 4,4 p.p. acima do observado entre as mulheres brancas (12,4%) e 7,7 p.p. acima do visto para homens brancos (9,1%). Na divisão por grupos etários, o subgrupo de 13 a 15 anos surge como o grupo etário mais atingido (13,4%), em especial as mulheres pretas e pardas das Regiões Norte, 19,7% e Sudeste, 19,0%. Entre as mulheres brancas, 13,4% relataram essa condição, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste, com 17,5% e 15,0%, respectivamente.

Distribuição de homicídios, por sexo e cor ou raça (%)



Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

Taxa de homicídios, por sexo e cor ou raça, segundo os grupos de idade (por 100 mil hab.)



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.
2. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

Em relação ao ambiente escolar, a proporção de escolares que afirmam ter passado por situações semelhantes, como ofensa, ameaça ou humilhação, conhecido como *bullying*, é bem superior ao ambiente digital, 39,8%. Os escolares de 13 a 17 anos que relataram sofrer *bullying* pelo menos uma vez foi 12,6%, enquanto 27,2% afirmaram ter sofrido duas vezes ou mais. Esse tipo de violência recorrente, que acontece duas vezes ou mais, atinge mais as pessoas de cor ou raça preta ou parda, 28,0% do que as pessoas brancas, 25,8%.

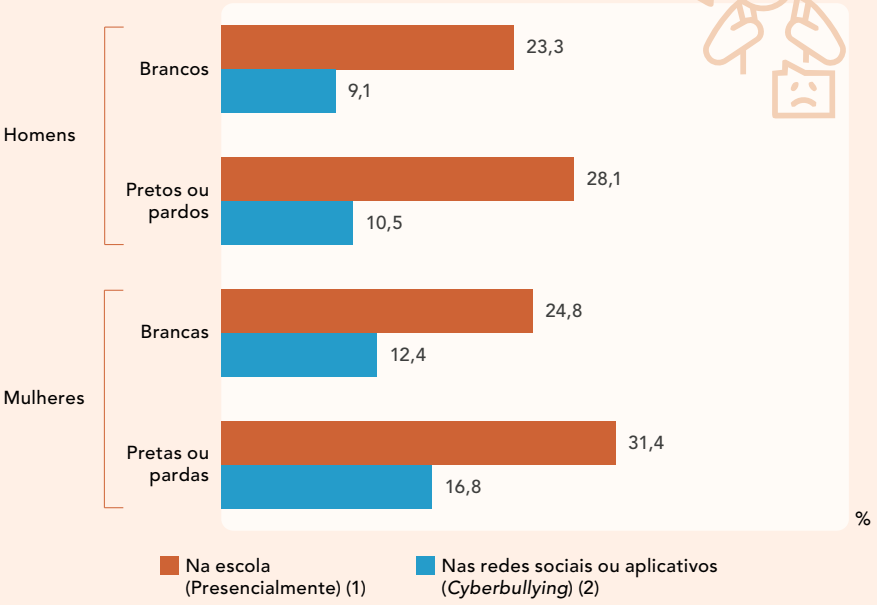
[14] Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: PESQUISA Nacional de Saúde do Escolar 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. 237p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=publicacoes. Acesso em: out. 2026.

Entre as mulheres pretas ou pardas, ⅓ relataram ter passado por *bullying* (31,4%), e, entre os homens pretos ou pardos, foram 28,1%. As Regiões Sudeste e Centro-Oeste aparecem com os maiores percentuais para esse tipo de violência para todos os escolares. Contudo, para as mulheres pretas ou pardas, a Região Sul também surge como um local em que sofrem esse tipo de violência.

Entre os motivos para os escolares de 13 a 17 anos sofrerem humilhações, a pesquisa aponta aparência do rosto e do cabelo (30,2%), aparência do corpo (24,7%) e cor ou raça (10,6%).

Outro aspecto relacionado à violência que afeta o dia a dia dos escolares é a insegurança no trajeto casa e escola, que leva ao não comparecimento ao estabelecimento escolar nos 30 dias anteriores à pesquisa. Em média, 19,0% dos escolares de 13 a 17 anos relataram sofrer deste problema em 2024. Contudo, tal situação atingiu principalmente as mulheres pretas ou pardas, 21,6%, e, em maior proporção, aquela que estudavam em escolas públicas, 22,3%. Para as mulheres brancas e os homens pretos ou pardos, o percentual foi próximo (18,5% e 18,6%, respectivamente), e, para os homens brancos, 14,1%. Por Unidades da Federação, Amazonas despontou com o maior percentual de escolares afetados pela insegurança, 25,1%, seguida do Rio de Janeiro, 24,2% e Tocantins, 24,0%. Santa Catarina (13,1%), Rio Grande do Norte (15,7%) e Rio Grande do Sul (15,8%) tiveram os menores percentuais. O Amazonas teve quase o dobro do percentual de escolares que relataram insegurança em comparação com Santa Catarina.

Escolares de 13 a 17 anos de idade que se sentiram ofendidos, ameaçados ou humilhados, por tipo de ambiente, segundo o sexo e a cor ou raça (%)



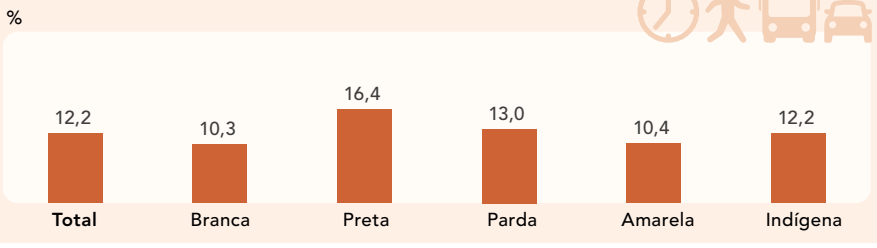
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2024.
Nota: Foram considerados os eventos ocorridos nos 30 dias anteriores à pesquisa.
(1) Dois ou mais eventos no período estudado. (2) Um ou mais eventos no período estudado.

Moradia

Com o objetivo de analisar aspectos das condições de moradia e do entorno dos domicílios no Brasil sob a perspectiva de cor ou raça, exploram-se aqui o tempo de deslocamento para o trabalho, a percepção de insegurança nas proximidades do domicílio, as características da infraestrutura urbana, o acesso aos serviços de saneamento básico, inadequações habitacionais e a população residente em favelas e comunidades urbanas.

No que se refere à mobilidade urbana, observam-se diferenças por cor ou raça entre as pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade cujo tempo habitual de deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho ultrapassava uma hora. Em 2022, a prevalência de deslocamentos longos foi maior entre as pessoas de cor ou raça preta (16,4%), parda (13,0%) e indígena (12,2%), seguidas das pessoas de cor ou raça amarela (10,4%) e branca (10,3%).

Pessoas ocupadas com tempo de deslocamento casa-trabalho superior a 1 hora, segundo a cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.
Nota: Pessoas de 14 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares, ocupadas na semana de referência, que, no trabalho principal, trabalhavam fora do domicílio e retornavam 3 dias ou mais na semana do trabalho para o domicílio.

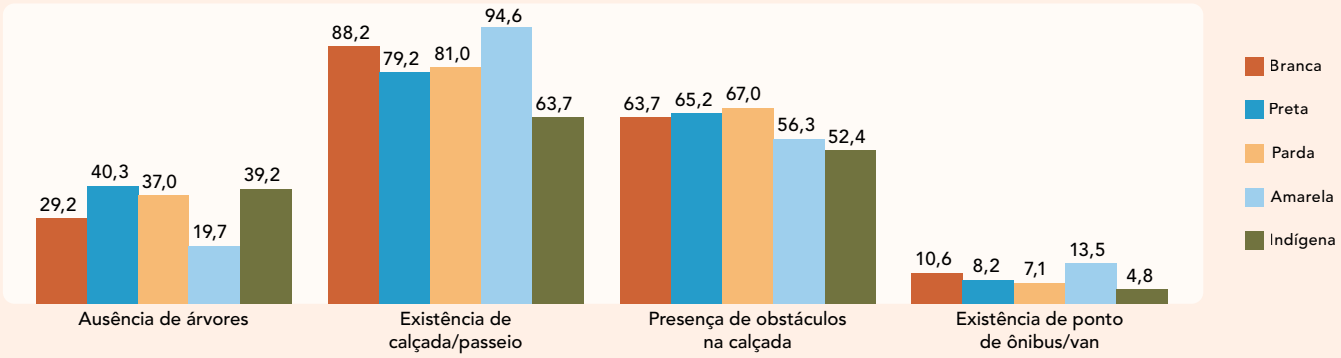
Esse padrão foi observado em todas as Regiões do País, com percentuais mais elevados entre as pessoas pretas ou pardas em comparação às brancas. Na Região Sudeste, onde os tempos de deslocamento foram os maiores encontrados, 13,2% das pessoas brancas realizavam deslocamentos superiores a uma hora, enquanto os percentuais atingiram 17,0% entre as pardas e 20,7% entre as pessoas pretas. Pessoas de cor ou raça indígena tiveram também percentuais elevados em alguns contextos regionais. Na Região Sudeste, 18,1% realizavam deslocamentos superiores a uma hora, enquanto na Região Sul 14,6% tiveram esses longos deslocamentos, bem acima da média da Região (6,4%).

Além das diferenças observadas nos deslocamentos cotidianos, as desigualdades também se manifestam na percepção de segurança. Em 2021, a PNAD Contínua investigou a percepção de (in)segurança das pessoas de 15 anos ou mais de idade ao caminhar sozinhas nas redondezas de seu domicílio durante o dia e durante a noite. Em todas as Regiões, bem como em todos os grupos de sexo e cor ou raça analisados, os percentuais de pessoas que se sentiam inseguras foram mais elevados no período noturno.

No conjunto do País, a percepção de insegurança foi maior entre as pessoas pretas e pardas do que entre as pessoas brancas e, sobretudo, entre as mulheres pretas ou pardas. Entre os grupos considerados, as mulheres pretas ou pardas registraram o maior percentual de percepção de insegurança no período noturno (67,4%), seguidas pelas mulheres brancas (65,8%). Entre os homens, os percentuais foram de 51,3% para os pretos ou pardos e de 48,2% para os brancos. Os resultados evidenciam que a percepção de insegurança é mais elevada entre as mulheres e se intensifica no período noturno, independentemente da cor ou raça.

As disparidades também se refletem nas condições físicas do entorno dos domicílios. Ao analisar os 174,2 milhões de moradores de domicílios particulares permanentes ocupados localizados em áreas urbanas e em áreas com características urbanas investigadas pela Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios em 2022, foram consideradas aqui quatro características: existência de calçada/passeio, presença de obstáculos na calçada, existência de ponto de ônibus/van e ausência de árvores.

Proporção dos moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, por cor ou raça, segundo as características selecionadas do entorno (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Os resultados evidenciam diferenças entre os grupos de cor ou raça quanto ao acesso a esses elementos da infraestrutura urbana. A existência de calçada/passeio foi observada no entorno de 88,2% dos moradores brancos, proporção superior à registrada entre moradores pardos (81,0%) e pretos (79,2%).

A presença de obstáculos nas calçadas foi mais frequente entre moradores pardos (67,0%) e pretos (65,2%), em comparação aos brancos (63,7%). Em relação à existência de ponto de ônibus/van, a proporção foi de 10,6% entre os moradores brancos, ante 8,2% entre os pretos e 7,1% entre os pardos. As diferenças também se manifestam na arborização do entorno dos domicílios. A ausência de árvores foi observada no entorno de moradias de 40,3% dos moradores pretos e 37,0% dos pardos, proporções superiores à verificada entre os brancos (29,2%). A situação da população indígena também se destaca negativamente, já que 39,2% experimentavam ausência de árvores, 63,7% tinham acesso a calçada/passeio, para 52,4% havia obstáculo na calçada e uma pequena proporção tinha ponto de ônibus/van no entorno (4,8%). A população amarela apresenta o maior acesso a árvores no entorno do domicílio, uma vez que apenas 19,7% não dispunham desse recurso.

O acesso aos serviços básicos de saneamento constitui também uma dimensão central das condições de moradia. Dados da PNAD Contínua mostram diferenças no acesso a esses serviços segundo cor ou raça da população. Em âmbito nacional, a população branca apresentou percentuais de acesso superiores aos da população preta ou parda em todas as variáveis analisadas. As maiores diferenças foram observadas no acesso à rede de coleta de esgoto e no acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (abastecimento de água, coleta de esgoto e coleta de lixo).

Em 2025, 74,8% da população branca residia em domicílios com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento. Entre a população preta, esse percentual foi de 67,6%, enquanto entre a população parda alcançou 58,7%, correspondendo a diferenças de 7,2 e 16,1 p.p., em relação à população branca. No acesso à rede de coleta de esgoto, 77,4% da população branca era atendida pelo serviço, frente a 70,8% da população preta e 61,7% da população parda. Para o abastecimento de água, os percentuais observados foram de 88,4% para a população branca, 86,5% para a preta e 82,1% para a parda. Já no acesso à coleta de lixo, 95,7% da população branca contava com o serviço, ante 92,6% da população preta e 89,6% da população parda.

Ao abordar diferentes formas de inadequação habitacional, os dados da PNAD Contínua indicam também piores indicadores para as pessoas pretas ou pardas em comparação com a população branca. A proporção de pessoas em domicílios com ônus excessivo com aluguel foi 5,3% para pessoas brancas e 5,5% para pretas ou pardas em 2025. Em contrapartida, o adensamento excessivo foi registrado para 2,8% das pessoas brancas e 5,5% das pessoas pretas ou pardas. A proporção de pessoas moradoras de domicílios sem máquina de lavar era 14,8% entre as brancas e 35,0% entre as pessoas pretas ou pardas, diferença de 20,2 p.p.. Já o uso de lenha ou carvão como principal combustível para preparação de alimentos foi observado para 2,6% das pessoas brancas e 4,6% para pessoas pretas ou pardas.

Proporção de moradores, por cor ou raça, segundo as formas selecionadas de inadequação habitacional (%)

	Branca	Preta ou parda
Ônus excessivo com aluguel (1)	5,3	5,5
Adensamento excessivo (2)	2,8	5,5
Não possui máquina de lavar	14,8	35,0
Utiliza principalmente lenha ou carvão para a prepação de alimentos no domicílio	2,6	4,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2025.
(1) O ônus excessivo é considerado quando o valor do aluguel supera 30% do rendimento domiciliar total mensal. (2) O adensamento excessivo ocorre quando o número de moradores por cômodo usado como dormitório é maior do que três pessoas.

No arranjo domiciliar formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos de idade, os percentuais observados foram superiores aos outros tipos de arranjo. O ônus excessivo com aluguel atingiu 18,0% das pessoas brancas moradores nesse tipo de arranjo e 16,6% entre pretas ou pardas, proporções aproximadamente três vezes superiores às observadas no total da população. O adensamento excessivo foi de 6,4% para moradores brancos desses tipos de arranjos e de 9,9% entre moradores pretos ou pardos. A ausência de máquina de lavar foi vivenciada por 23,9% das pessoas brancas moradoras em domicílios de mulheres sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos, percentual que alcançou 45,7% entre as pessoas pretas ou pardas na mesma condição.

Outra dimensão importante para compreender as desigualdades habitacionais refere-se à distribuição da população residente em favelas e comunidades urbanas. No Brasil, 16,4 milhões de pessoas residiam nessas áreas em 2022, o que representou 8,1% da população em 2022. Seis Unidades da Federação concentravam aproximadamente ⅔ dessa população: São Paulo (3,6 milhões de pessoas), Rio de Janeiro (2,1 milhões), Pará (1,5 milhão), Bahia (1,4 milhão), Amazonas (1,4 milhão) e Pernambuco (1,1 milhão).

Os dados evidenciam diferenças na proporção da população residente em favelas e comunidades urbanas segundo cor ou raça. As maiores diferenças foram observadas entre as populações preta (12,7%) e parda (10,1%), ambas acima da média nacional. No recorte regional, a Região Norte apresentou a maior proporção de população residente nessas áreas (18,9%), mais que o dobro da média nacional. Nessa Região, os percentuais foram elevados para todos os grupos de cor ou raça analisados, variando de 5,8% entre indígenas a 19,8% entre pardos. Já as Regiões Sul (3,2%) e Centro-Oeste (2,4%) registraram os menores percentuais de moradores nesses territórios. ■

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminaçãode Informações, Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Magnific

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.

/ibgeoficial /ibgeoficial /@ibgeoficial IBGE Oficial
/ibgeoficial /ibgecomunica /ibgeoficial.bsky.social

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

Saiba mais sobre a pesquisa.